



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE (09-03-2020).

Aos nove dias do mês de março dois mil e vinte, segunda-feira, na Câmara Municipal de Mariana, às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, realizou-se a reunião da Comissão Permanente de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo (Presidente: Geraldo Sales; Vice-presidente: Juliano Vasconcelos; Vogal: José Jarbas). Estiveram presentes: os Vereadores Geraldo Sales, Juliano Vasconcelos, Marcelo Macedo, a Vereadora Daniely Alves e o senhor Juliano Barbosa, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. **ABERTURA:** o Presidente Geraldo Sales iniciou a reunião questionando se algum Vereador deseja que a ata da última reunião seja lida, não havendo manifestação, a ata foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento o Presidente disse que esta é uma reunião conjunta com a Comissão de Finanças, Legislação e Justiça para discutir o Projeto de Lei Substitutivo nº 07/2020, de autoria do Prefeito Municipal, que *"Altera o art. 6º da Lei Municipal nº 2.591/2011 que institui o Programa Especial de Auxílio Moradia e dá outras providências."* e em seguida passou a palavra para o Secretário de Desenvolvimento Social. Com a palavra, o senhor Juliano Barbosa disse que atualmente há trezentas vagas de aluguel social no município e que dentro dessas trezentas estão incluídos os casos de violência doméstica enviados pelo CREAS e os encaminhamentos da Defesa Civil. Disse que com as últimas fortes chuvas houve um aumento considerável nos encaminhamentos da Defesa Civil e que a Secretaria não tem como negar o atendimento. Diante desse cenário, o referido Projeto está sendo apresentado para que esses encaminhamentos, tanto do CREAS quanto da Defesa Civil, não estejam previstos dentro desse número de trezentas vagas, o que configurariam casos de excepcionalidade e não computariam dentro desse limite, mas ainda assim autorizando que a Secretaria realizasse a inclusão das famílias no programa. Disse que não haverá aumento no número de vagas, e que o impacto é projetado dentro do número de casos que possuem hoje, e acrescentou que esse projeto possibilitará que as outras quatrocentas e setenta e uma famílias que estão na fila de espera tenham maiores chances de serem incluídas no programa, tendo em vista que das trezentas vagas ocupadas atualmente, cerca de oitenta são dos referidos encaminhamentos. Com a palavra, o Presidente Geraldo Sales disse que tem recebido algumas famílias de Cachoeira do Brumado que estão fora de suas residências após as fortes chuvas no distrito, e que essas famílias têm solicitado a intervenção do Poder Público para que sejam encaminhadas para outros locais ou suas casas sejam reformadas e questionou se essas demandas já estão sendo avaliadas pela Secretaria de Obras e pela Secretaria de Desenvolvimento Social. De volta com a palavra o Secretário Juliano Barbosa disse que quando são casos mais delicados e que dependem de laudos especializados, é necessário aguardar que a Secretaria de Obras faça a análise técnica acerca da necessidade de intervenção de uma empresa especializada. Com a palavra, o Vereador Juliano Vasconcelos questionou se todas as trezentas vagas de aluguel social estão ocupadas, se todas estão no valor máximo e quando o valor de aluguel é extrapolado, se a contrapartida fica sob responsabilidade do



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

locatário. O senhor Juliano Barbosa disse que antes das chuvas tinham duzentas e noventa e oito famílias participando do programa e que devido a esse episódio, atualmente estão com um número superior a trezentas famílias, tendo em vista que a Secretaria não poderia deixar de tirar essas pessoas de suas casas. Quanto ao valor do benefício, disse que atualmente é de R\$300,00 para as famílias com renda per capita de zero até o limite do bolsa família, que é R\$176,00; para as famílias com renda per capita de R\$176,00 até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo é pago R\$210,00 e quem está acima do $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, R\$150,00. Quanto aos encaminhamentos da Defesa Civil e do CREAS, ambos são tratados no valor R\$300,00. Disse que fica sob responsabilidade do locatário fazer a complementação do valor do aluguel, caso extrapole esse valor de R\$300,00. De volta com a palavra o Vereador Juliano Vasconcelos questionou se há um tempo determinado para que a família goze do benefício ou se não há um período estipulado. O senhor Juliano Barbosa disse que a Secretaria está com uma sequência de renovação de contratos devido ao empobrecimento da população e que são raros os casos das famílias que saem do programa, pois geralmente essa saída é dada pelo fato de terem chegado ao limite da renda per capita ou porque a família não foi fazer a renovação do contrato, que é feita de três em três meses ou de seis em seis meses, mas que é preciso ser feita até o início do último mês de vigência. O Presidente Geraldo Sales questionou se a demanda pela inclusão no programa depois do rompimento da barragem de fundão aumentou. Com a palavra, o senhor Juliano Barbosa disse que sim, inclusive em todos os programas da Secretaria, e que foi um aumento considerável principalmente devido ao empobrecimento populacional. De volta com a palavra, o Presidente Geraldo Sales questionou qual é o posicionamento da Fundação Renova perante a cobrança na Câmara Técnica acerca dos aumentos nas despesas que o município teve com os programas da Secretaria. O senhor Juliano Barbosa disse que em momento algum as cobranças que são feitas para que a Secretaria tenha mais dinheiro, mas sim que para que sejam encontradas formas para reparar os inúmeros prejuízos causados pela tragédia. O Presidente Geraldo Sales disse a respeito dos pequenos empresários que foram perdendo suas rendas devido a esse acontecimento e que acabam tendo que recorrer à Secretaria de Desenvolvimento Social, e pediu aos Secretários que vejam com melhores olhos essas famílias que não têm condições. Com a palavra, o Vereador Marcelo Macedo disse da importância do Projeto em discussão e ressaltou sua preocupação, tendo em vista que cada vez mais a demanda está aumentando. Disse também da necessidade de haver um plano de ação tanto da Secretaria de Desenvolvimento Social quanto da de Saúde para o pico das obras, tendo em vista que a cidade estará com cinco mil homens trabalhando e quanto à questão social, manifestou preocupação, tendo em vista que as pessoas de outra cidade estarão disputando vagas com os marianenses. Quanto ao valor do aluguel social, disse que R\$300,00 é pouco, visto que é difícil achar um imóvel na cidade nesse valor e que muitos que estavam incluídos no programa anteriormente recebiam um valor de R\$450,00 e que após a diminuição no valor do benefício, precisam complementar esse aluguel. Disse sobre o loteamento que está sendo construído e que, em momento algum foi pensada a questão de como ficariam os moradores dos distritos. Questionou o Secretário se o Auxílio Moradia chega até os distritos e o secretário Juliano Barbosa disse que sim e ressaltou que não adianta um programa de habitação que pegue um cidadão do distrito e traga para a cidade, tendo em



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

vista que o êxodo rural é algo que precisa ser evitado. Quanto ao referido Projeto, disse que ainda assim não conseguirão atender a todos, e que mesmo com a aprovação, a fila para o auxílio moradia ainda será grande. A respeito do loteamento, o Vereador Marcelo Macedo questionou se continua como prioridade a entrega dos apartamentos aos beneficiários do aluguel social. O Secretário Juliano Barbosa disse que a prioridade é que os cento e sessenta apartamentos contemplem os moradores da pedreira, que é uma área de risco no município, e acrescentou que o restante continua tendo como prioridade os beneficiários do auxílio moradia. O Presidente Geraldo Sales sugeriu aos membros da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça que o Projeto seja votado em única discussão e votação na Reunião Ordinária e o Vereador Marcelo Macedo juntamente da Vereadora Daniely Alves, Presidente da referida Comissão, concordaram com a sugestão do Presidente Geraldo Sales e a Vereadora Daniely Alves ainda acrescentou a tamanha importância e do Projeto, principalmente devido as últimas chuvas no município. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais nada a tratar, o Vereador Geraldo Sales encerrou a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos.